

Ata da 10ª reunião da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, ocorrida no dia 19/08/2003, na Sala dos Conselhos, 2º andar do Ministério da Ciência e Tecnologia

O Secretário Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia, Dr. Wanderley de Souza abriu a reunião saudando os presentes, e comunicando a impossibilidade de comparecimento do Sr. Ministro Roberto Amaral para a condução dos trabalhos da Comissão. Acrescentou que, infelizmente, seria obrigado também a se ausentar, solicitando ao Secretário Jorge Guimarães que conduzisse os trabalhos.

O Secretário Jorge Guimarães cumprimentou os presentes, e agradeceu ao Dr. Fábio Feldmann, Secretário Executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas por ter aceito o convite para participar da reunião. Solicitou então ao Dr. Fábio que fizesse uma exposição sobre as atividades do Fórum.

O Dr. Fábio Feldmann agradeceu o convite e salientou a importância da Comissão, o papel complementar exercido pelo Fórum e também a importância da integração dos trabalhos. Lembrou que o tema de mudança global do clima está cada vez mais em evidência, inclusive em função da recente onda de calor ocorrida na Europa. Salientou o desempenho do Brasil nas negociações internacionais sobre mudança do clima e a importância de o Brasil continuar a exercer a sua posição de liderança. Informou também que as atividades do Fórum estavam sendo retomadas com a página do Fórum disponível novamente na Internet e reativação dos trabalhos das câmaras temáticas.

O Dr. Jorge Guimarães observou a importância da integração da Comissão Interministerial com o Fórum, lembrando também da importância e atualidade do tema constatadas nas recentes reuniões a que compareceu no CEBDS e na FGV.

1. Aprovação da Ata da 9ª Reunião.

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez, Secretário Executivo da Comissão, fez uma leitura resumida da Ata. O Dr. Jorge Almeida Guimarães perguntou se algum dos presentes teria alguma observação a fazer e, não havendo nenhum comentário, considerou a ata aprovada.

2. Deliberação sobre a regulamentação relativa ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

O Dr. Jorge Almeida Guimarães observou que a Resolução nº 1 da Comissão havia sido aprovada mas não havia sido publicada no diário oficial e estava aberta para sugestões de alteração.

O Dr. Miguez apresentou os comentários que haviam sido recebidos em função da Resolução nº 1 estar disponível na Internet.

Em relação ao Artigo oitavo, que diz que não caberia nenhum recurso administrativo, relatou que observações haviam sido recebidas sobre a ilegalidade da cláusula uma vez que o assunto está regulamentado na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, Lei que regulamenta o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

O Dr. Fábio Feldmann observou que sempre caberia recurso, sugerindo a eliminação do artigo.

O Ministro Everton Vieira Vargas observou que o melhor seria substituir pelas normas para recurso, sugerindo uma consulta ao setor jurídico do MCT com modificação do artigo para inclusão da forma de recurso.

A Dra. Marijane Vieira Lisboa observou em relação ao inciso IV do Artigo 3º que era insuficiente apenas estar de acordo com a legislação ambiental para garantir que o objetivo de desenvolvimento sustentável fosse alcançado e lembrou a proposta de critérios já sugerida pelo MMA, e sugeriu uma maior discussão sobre esses critérios.

O Dr. Miguez observou que a proposta de critérios submetida pelo MMA havia sido amplamente discutida, inclusive em seminário realizado em dezembro de 2001, tendo a maioria dos representantes na Comissão se manifestado contra a inclusão de critérios explícitos na resolução. Uma nova discussão dessa questão foi sugerida posteriormente e justificou a não publicação da resolução.

O Dr. Fábio enfatizou a necessidade de analisar as questões jurídicas do texto da resolução, questionando a cláusula de confidencialidade do Artigo 7º que contrapõe o interesse público de discussão ampla do projeto. Sugeriu também a incorporação das questões relevantes do licenciamento ambiental no texto da resolução. Propôs a formação de um grupo de trabalho para análise dessas questões.

O Dr. Jorge Guimarães lembrou a inconveniência de protelar demais a discussão, já que havia uma demanda dos proponentes de projetos por regras claras, mencionando a necessidade de estabelecer as regras para fornecimento de eventual de cartas de não objeção. Observou que já haviam sido pedidas, na última reunião, sugestões para alterações e que a própria comissão deveria deliberar sobre as modificações.

O Ministro Everton sugeriu que fosse dado um prazo curto adicional para que fossem feitas sugestões específicas de alteração pelos representantes, e que essas fossem consolidadas pela Secretaria Executiva. Observou em relação ao Artigo sétimo que a linguagem deveria ser corrigida para estar de acordo com as decisões de Marraqueche e com a legislação nacional vigente. Quanto aos critérios de sustentabilidade, lembrou que não existe definição única, e que a legislação ambiental brasileira já é mais rígida que a maioria dos outros países em desenvolvimento.

O Dr. Miguez esclareceu que a necessidade da carta do país em que acontece o projeto se dá apenas para atestar a sua participação voluntária e que o projeto contribui para o seu desenvolvimento sustentável e lembrou que não houve consenso em Marraqueche sobre critérios comuns adicionais. Observou também que não cabe o estabelecimento de critérios classificatórios para os projetos submetidos à Comissão porque não existem recursos de governo envolvidos.

A Dra. Marijane observou que a idéia de incluir critérios tinha o objetivo de orientar a Comissão para que não haja problemas e não criar problemas para os projetos. Lembrou que o Ministério do Meio Ambiente da Alemanha havia solicitado consultoria sobre a possibilidade de expansão da produção de cana-de-açúcar no Brasil para fornecer álcool no âmbito do Protocolo de Quioto poderia resultar em desmatamento no cerrado e, posteriormente, da Floresta Amazônica.

O Dr. Marcelo Khaled Poppe do MME observou que seria difícil a Comissão manifestar-se na ausência de documentação.

O Dr. Miguez esclareceu que a resolução nº 1 estabelece no Artigo 3º inciso I que deve ser enviado à Comissão o Documento de Concepção do Projeto, e as normas de elaboração desse

documento estabelecem que ele deve incluir descrição de como o projeto contribui para o desenvolvimento sustentável.

A Dra. Cândida Maria Cervieri sugeriu que isso deveria ser explicitado com maior elaboração do inciso IV e solicitou que o representante do MMA tornasse disponível aos membros da Comissão o documento referido contratado pelo Governo da Alemanha.

O Dr. Flavio Sottomayor Santos Jr. sugeriu que o grupo tivesse um prazo curto e mandato bem definido.

A Dra. Cândida sugeriu que o grupo fosse constituído pelos próprios membros da comissão.

O Dr. Jorge Guimarães sugeriu o prazo de 15 dias para que o grupo se manifestasse. Ficou estabelecido que os representantes deveriam enviar textos sugerindo alterações do inciso IV do Artigo 3º, do Artigo 7º e do Artigo 8º à Secretaria Executiva até o dia 4 de setembro e que a Secretaria Executiva consolidaria essas sugestões para deliberação na próxima reunião da Comissão, no dia 11 de setembro.

3. Outros Assuntos

O Dr. Jorge Guimarães lembrou que na última reunião o Ministro Roberto Amaral observou que o Regimento Interno da Comissão estava aberto para sugestões de modificação.

Perguntou então aos membros da Comissão se existiria alguma sugestão no momento, não tendo havido nenhuma proposta dos presentes.

Não existindo outros assuntos a tratar, o Dr. Jorge Guimarães encerrou a reunião agradecendo a presença de todos, ficando marcada a próxima reunião para o dia 11 de setembro de 2003.